

CADERNO DE DEBATE

AGENDA 21

E SUSTENTABILIDADE

**MATA ATLÂNTICA
O FUTURO É AGORA**

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Políticas para
o Desenvolvimento Sustentável

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva - Presidente do Brasil

José Alencar Gomes da Silva - Vice-Presidente do Brasil

Ministério do Meio Ambiente

Marina Silva - Ministra do Meio Ambiente

Cláudio Langone - Secretário Executivo

Gilney Amorim Viana - Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Roberto Vizentin - Diretor de Programa

Pedro Ivo de Souza Batista - Coordenador da Agenda 21

Equipe Agenda 21

Antonio Carlo Brandão

Ary da Silva Martini

Karla Matos

Kelly Anne Campos Aranha

Leonardo Cabral

Luciana Chueke Pureza

Luis Dario Gutierrez

Márcia Facchina

Michelle da Silva Milhomem

Patrícia Kranz

Pedro Ivo de Souza Batista

Raquel Monti Henkin

Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Coordenação da Agenda 21

Esplanada dos Ministérios - Bloco B

Sala 830 - 8º andar

70068-900 - Brasília DF

Tel.: 55 61 317-1142

Fax: 55 61 226-7047

Site: <http://www.mma.gov.Br>

e-mail: agenda21@mma.gov.br

APRESENTAÇÃO

Este quarto número da série Cadernos de Debate da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente - Coordenação da Agenda 21, é dedicado ao tema **MATA ATLÂNTICA - O FUTURO É AGORA** em comemoração ao dia 27 de maio, dia da Mata Atlântica.

Salvar a natureza é uma das grandes preocupações do nosso governo. Considerando que as causas da degradação dos biomas brasileiros parecem estar ligadas diretamente às ações predatórias do modelo de desenvolvimento e à perda da biodiversidade e equilíbrio ambiental do planeta, a Mata Atlântica é um exemplo do processo histórico de ocupação humana desordenada, agressiva e devastadora. Em 1500, quando os primeiros europeus chegaram ao Brasil, a Mata Atlântica cobria 15% de todo o território brasileiro. Hoje, com somente 7,84% de sua cobertura vegetal original e cerca de 200 de suas espécies ameaçadas de extinção, é o segundo ecossistema mais ameaçado do mundo.

No passado, felizmente, nem tudo foi destruição. Muitos ambientalistas se dedicaram à defesa da Mata Atlântica e hoje fica evidente que, sem essa dedicação, não teríamos exemplos de convivência com o bioma e o seu uso sustentável em atividades diversificadas e viáveis, seguindo as premissas de acordos internacionais tais como a Agenda 21 e a Convenção da Diversidade Biológica.

Hoje, nosso governo entende que garantir a proteção da biodiversidade, a recuperação e a sustentabilidade da Mata Atlântica é prioridade das políticas de conservação e estratégias de ação existentes. As alternativas para a sustentabilidade da Mata Atlântica vão desde reduzir a pressão sobre ela, através do apoio a atividades econômicas que utilizam os recursos naturais da região de forma sustentável, a fortalecer experiências bem sucedidas e levantar e disseminar informações que possam auxiliar a formulação de instrumentos adequados à realidade, capazes de estimular e viabilizar empreendimentos sustentáveis ambiental e economicamente. Exemplos dessas atividades envolvem o estímulo e apoio a negócios sustentáveis como o desenvolvimento do ecoturismo, do turismo rural e o desenvolvimento de produtos medicinais, sempre levando em conta a promoção de programas de capacitação para a sociedade e de mecanismos de informação e o estímulo a ações integradas, que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do bioma.

Nesse sentido, a Agenda 21 Brasileira defende a implementação e ampliação das unidades de conservação do bioma, a promoção do manejo sustentável da biodiversidade, o fomento às iniciativas de produção de sementes e mudas de essências florestais e outras espécies vegetais

nativas como estratégias prioritárias. Entre as Ações Prioritárias da Agenda 21, destaca-se a consolidação de uma Política Florestal para o país que inclua o controle do desmatamento até que se alcance o desmatamento zero, realizando, concomitantemente, uma política de reflorestamento nativo.

As Agendas 21 Locais têm se afirmado como o mecanismo para impulsionar parcerias entre governos e sociedade organizada em prol do desenvolvimento sustentável. É no domínio da Mata Atlântica que se concentra grande parte dos processos de Agenda 21 Local em curso no país. Em capitais como Rio de Janeiro, Vitória, Natal e em cidades pequenas como Maranguape, no Ceará; Ribeirão Pires, em São Paulo; Porto Seguro e a Costa do Descobrimento, na Bahia; entre tantas outras.

A maioria dos processos brasileiros privilegia uma abordagem ambiental e está fortemente calcada na preservação dos recursos e no seu melhor aproveitamento. Em uma região aonde a pressão antrópica só vem crescendo, a Agenda 21 Local ao promover a parceria entre Governo e sociedade organizada, é um instrumento fundamental para a preservação da Mata Atlântica e de outros biomas.

Desde 2003, quando foi realizado o 1o Seminário sobre Fiscalização na Mata Atlântica, que reuniu entidades de 17 estados e instituiu o Grupo de Trabalho do Bioma Mata Atlântica, o Ministério do Meio Ambiente vem respondendo aos anseios e mobilização da sociedade brasileira pela preservação do mais ameaçado bioma do país. Nesta ocasião, a Ministra Marina Silva declarou “O Ministério está cumprindo os seus compromissos. Queremos continuar e ajudar no aprimoramento de uma parceria que já existe, mas que necessita de mais apoio e de nova articulação institucional, fazendo com que governo e sociedade caminhem juntos pela proteção da Mata Atlântica”.

Ainda em 2003, o Governo Federal lançou o novo Programa Nacional de Florestas (PNF) para enfrentar problemas históricos e reforçar seu compromisso de diar crescimento econômico e preservação ambiental, trabalhando pela melhoria da qualidade de vida da população e buscando um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável para o país.

Nos debates da Conferência Nacional de Meio Ambiente, a preservação da Mata Atlântica recebeu diversas propostas e foi destacada principalmente no capítulo das estratégias e ações propostas para o tema Gestão dos Recursos Naturais.

A humanidade ainda está aprendendo sobre a importância das florestas, mas já sabe que é preciso mudar, daí a extrema importância de instrumentos como a Agenda 21 Local que pode

desencadear caminhos que resultam em um aumento da auto-estima da sociedade, fortalecendo a capacidade individual e coletiva para um comportamento com base em novos valores, harmoniosos e conservacionistas. A Mata Atlântica é uma grande oportunidade de descobrirmos e mudarmos os valores passados. É um grande desafio e compromisso tanto do governo quanto da sociedade, para que continuemos a trabalhar pelo desenvolvimento sustentável e por um processo democrático participativo e inclusivo no qual, cada vez mais, se fazem ouvir as vozes dos defensores de nossas matas, águas e biodiversidade, em prol da manutenção da vida.

Parabéns Mata Atlântica, pelo seu dia, e vamos ao debate!!

Gilney Amorim Viana

Secretário de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Pedro Ivo Batista

Coordenador da Agenda 21 Brasileira

CADERNO DE DEBATE AGENDA 21 E SUSTENTABILIDADE

MATA ATLÂNTICA - O FUTURO É AGORA

Um pouco de história...

A história da destruição da Mata Atlântica se confunde com a história do Brasil. Quando os primeiros europeus aqui chegaram, em 1500, a Mata Atlântica cobria 15% do território brasileiro, área equivalente a 1.306.421 km². A história conta que, para rezar a primeira missa no Brasil, logo após o desembarque, Cabral cortou uma árvore da Mata Atlântica para erguer a cruz. Assim, passo a passo, bandeira a bandeira, a mata foi sendo impietosamente saqueada e destruída. Hoje está reduzida a 7,84%, cerca de 102.000 km² de sua cobertura florestal original. É o segundo ecossistema mais ameaçado de extinção do mundo, perdendo apenas para as quase extintas florestas da Ilha de Madagascar na costa da África.

Entende-se como Bioma Mata Atlântica o conjunto de formações florestais e ecossistemas associados que incluem a Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Ombrófila Mista, a Floresta Ombrófila Aberta, a Floresta Estacional Semidecidual, a Floresta Estacional Decidual, os manguezais, as restingas, os campos de altitude, as ilhas litorâneas e os brejos interioranos e encaves florestais do Nordeste. Abrange total ou parcialmente 3.409 municípios em 17 Estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, GO, MS, RJ, MG, ES, BA, AL, SE, PB, PE, RN, CE, PI), situados ao longo da costa atlântica, do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte, além de parte dos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás. Em alguns Estados como RS, SC, PR e SP estende-se pelo interior, alcançando inclusive parte dos territórios da Argentina e Paraguai.

Os principais ciclos econômicos, começando pela exploração do pau-brasil, passando pela mineração do ouro e diamantes, criação de gado, plantações de cana-de-açúcar e café, industrialização, exportação de madeira, erva-mate e, mais recentemente, o plantio de soja, algodão, laranja, milho, feijão, fumo e espécies florestais exóticas, assim como o processo de urbanização desordenada, contribuíram com a substituição e destruição da floresta. Da mesma forma, a obtenção de energia para o desenvolvimento brasileiro, seja pela queima da biomassa (lenha) retirada das florestas ou através da inundação de territórios florestais por reservatórios de hidrelétricas, contribuiu com a destruição do bioma.

Mesmo reduzida e fragmentada, a Mata Atlântica continua a ter importância vital para o país, por proporcionar qualidade de vida para mais de 70% da população brasileira, aproximadamente 120 milhões de pessoas e ainda por guardar um dos maiores índices de biodiversidade do mundo. Nas cidades, áreas rurais, comunidades caiçaras e indígenas ela regula o fluxo dos mananciais

hídricos, assegura a fertilidade do solo, controla o clima e protege escarpas e encostas das serras, além de preservar um imenso patrimônio histórico e cultural (Capobianco, 2002).

Ao mesmo tempo em que 70% da população brasileira vive no domínio da Mata Atlântica, também é neste Bioma que se produz em torno de 70% do PIB brasileiro, através de atividades industriais, comerciais, e de significativa produção agrícola, tanto pelo chamado agro-business como pela agricultura familiar e de povos tradicionais. E a viabilidade deste contexto socioeconômico está vinculada diretamente à manutenção da produtividade ecossistêmica da Mata Atlântica, que somente poderá ser garantida através de medidas efetivas de proteção, preservação e recuperação do bioma.

A Mata Atlântica abriga mais de 20 mil espécies de plantas, das quais 50% são endêmicas, ou seja, espécies que não existem em nenhum outro lugar do mundo. É a floresta mais rica do mundo em espécies de árvores por unidade de área, com 454 espécies identificadas em um único hectare no sul da Bahia. Abriga também 1,6 milhão de espécies animais, incluindo: insetos; mamíferos (261 espécies, sendo 73 endêmicas); pássaros (620 espécies, sendo 160 endêmicas); anfíbios (260 espécies, sendo 128 endêmicas). Comparada com a Floresta Amazônica a Mata Atlântica apresenta, proporcionalmente, maior diversidade biológica. No caso dos mamíferos, por exemplo, estão catalogadas 218 espécies na Mata Atlântica contra 353 na Amazônia, apesar desta ser quatro vezes maior do que a área original da primeira (Capobianco, 2002).

A crítica situação da Mata Atlântica fez com que a Conservation International - ONG que atua em vários países em prol da conservação dos biomas - incluísse o Bioma entre os cinco primeiros colocados na lista de *Hotspots*, 25 biorregiões selecionadas em todo o mundo, consideradas as mais ricas em biodiversidade e ao mesmo tempo as mais ameaçadas.

A existência de espécies endêmicas, aquelas que são restritas a um ecossistema específico e, por consequência, são mais vulneráveis à extinção é o principal critério utilizado para escolher um *Hotspot*. Além disso, consideram-se os biomas onde mais de 75% da vegetação original já tenha sido destruída, como é o caso do da Mata Atlântica. Mesmo assim, a Mata Atlântica contribui muito para que o Brasil seja o campeão em megadiversidade do mundo, ou seja, país com maior quantidade de espécies de plantas e animais em relação a qualquer outro país.

Segundo a Conservation International (1999), a Mata Atlântica tem também diversas “espécies bandeira”, que simbolizam a região e podem ser utilizadas em campanhas de conscientização da sociedade para a proteção e conservação do bioma. Dentre as espécies mais conhecidas estão o mico-leão-dourado, o mico-leão-da-cara-dourada, o papagaio-da-cara-roxa e o mico-leão-da-cara-preta (gênero *Leontopithecus*) e as duas espécies de muriquis (gênero *Brachyteles*), maior macaco

das Américas e também o maior mamífero endêmico do Brasil, que sobrevive em alguns remanescentes da Mata Atlântica nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, e suas populações não passam de 2.000 animais. Essas espécies têm ajudado a população do Brasil e do Mundo a valorizar e a proteger a floresta.

É também da Mata Atlântica a árvore que deu origem ao nome do país: o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Explorado ao extremo para uso como corante e construção de navios, o pau-brasil praticamente desapareceu das matas nativas. Estima-se que cerca de 70 milhões de exemplares tenham sido enviados para a Europa. A Mata Atlântica é ainda rica em muitas outras espécies de árvores nobres e de porte imponente e ímpar como as canelas, jacarandá cedro, jequitibá, imbuia e o pinheiro brasileiro.

Apesar da destruição da Mata Atlântica ter tido início em 1500, foi no século XX que o processo se agravou e alcançou índices alarmantes. Por conta da destruição do Bioma, reduz-se o patrimônio genético, cultural, paisagístico e turístico, agrava-se a redução da disponibilidade de água potável e a ocorrência de enchentes, enxurradas e desmoronamentos, além do aumento da poluição do ar. A destruição da Mata Atlântica, além de gerar aumento nos custos sociais, também destrói as perspectivas de um futuro desejável para todos.

Mata Atlântica Responsabilidade de todos...

A maioria dos brasileiros, estimulados por políticas equivocadas, sempre foi indiferente à destruição da Mata Atlântica, cabendo aos cientistas e a algumas figuras públicas a defesa de teses conservacionistas, pelo menos até a década de 1970. Somente nos últimos 35 anos, com o surgimento e o crescimento do movimento ambientalista e da política verde, começa uma lenta, porém importante mudança na consciência do povo brasileiro em relação ao meio ambiente.

Já na década de 1980, vendo que a destruição ambiental se agravava e que os desmatamentos continuavam em ritmo muito acelerado, torna-se evidente que individualmente as entidades ambientalistas não teriam forças para enfrentar a situação. Surgem, assim, em diferentes Estados, as Assembléias Permanentes de Defesa do Meio Ambiente e as Federações de Entidades Ecologistas.

O envolvimento e a participação do movimento ambientalista foram decisivos para que a Constituição Federal de 1988, após quase cinco séculos de destruição, reconhecesse a importância ambiental e social da Mata Atlântica. O § 4º, do Artigo 225 estabelece que: “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona

Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Na década de 1990, durante a realização da Rio-92, o movimento ambientalista da Mata Atlântica dá mais um passo decisivo na sua organização e atuação nacional ao criar a Rede de ONGs da Mata Atlântica - RMA. A RMA, que hoje congrega mais de 250 organizações ambientalistas, socioambientais e de pesquisa que atuam no bioma, foi criada para dar respostas que as instituições individualmente não eram capazes de fornecer, especialmente frente a governos e políticas públicas, tanto nacionais quanto de âmbito internacional.

Rede de ONGs da Mata Atlântica A força da voz coletiva...

A RMA assumiu como uma de suas principais metas o aperfeiçoamento da legislação que rege a defesa, a proteção e o uso sustentável do Bioma. Destacou-se como interlocutora junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal nas negociações do Projeto de Lei nº 3.285/92 (Lei da Mata Atlântica), que tramita no Congresso Nacional há mais de 12 anos. Esse Projeto de Lei regulamenta a Constituição Federal no que diz respeito à conservação, proteção e utilização dos Ecossistemas Atlânticos. Após 11 anos de tramitação, no dia 3 de dezembro de 2003, o Projeto de Lei finalmente foi aprovado na Câmara dos Deputados, e agora espera-se sua aprovação no Senado ainda no primeiro semestre de 2004, visto que a matéria é um dos compromissos assumidos pelo Presidente Lula.

A Rede Mata Atlântica, junto com suas entidades filiadas, também realiza, no âmbito do bioma, a campanha “Mata Atlântica - Desmatamento Zero”, com o objetivo de sensibilizar a opinião pública para a importância da preservação dos remanescentes e a recuperação de áreas já desmatadas no passado.

A contribuição do movimento ambientalista foi fundamental para as mudanças, tanto da opinião pública quanto de setores governamentais, os quais passaram a dedicar maior atenção para a proteção da Mata Atlântica. Isso já se refletiu na queda dos índices de desmatamento na última década do século XX. Mesmo assim, entre 1990 e 1995, mais de 500.000 ha de Mata Atlântica foram destruídos para dar lugar à expansão das cidades, assentamentos de reforma agrária, pecuária, plantio de pinus e eucaliptos e para fornecer lenha para a secagem de fumo. Esse desmatamento foi proporcionalmente três vezes maior do que o verificado na Amazônia no mesmo período. Neste início do terceiro milênio, os índices de desmatamento na Mata Atlântica estão em queda, mas ainda persistem atividades madeireiras predatórias em alguns Estados, principalmente na Bahia, Paraná e Santa Catarina.

Como queremos o futuro...

O futuro da Mata Atlântica depende da preservação de seus remanescentes e de ações de recuperação, para que se atinja um índice de, no mínimo, 30 a 35% de áreas florestais, considerado ideal para a manutenção da qualidade de vida humana segundo a Organização das Nações Unidas. Entretanto, atualmente, apesar de seu estado crítico e de sua importância para o bem-estar de seus habitantes, o Brasil ainda precisa aprimorar e consolidar uma política nacional destinada à conservação de seus remanescentes e à recuperação dos ecossistemas que integram o Bioma.

Conservar e recuperar a Mata Atlântica representa um compromisso e desafio, considerando, inclusive, que o conhecimento sobre sua biodiversidade ainda é pequeno e fragmentado. Apesar de muitas das prioridades de conservação já serem conhecidas, e de serem observadas ações positivas de conservação, os recursos e esforços voltados à redução do desmatamento e recuperação da cobertura florestal ainda são incipientes, e muitas vezes vêm sendo utilizados de forma ineficiente.

As políticas de recuperação e preservação da Mata Atlântica encontram-se num momento decisivo em função do novo momento histórico deste país. As propostas e políticas de desenvolvimento sustentável e de preservação da Mata Atlântica estão cheias de oportunidades derivadas do novo quadro político-institucional. Acima de tudo, não há dúvida de que a preservação e recuperação da Mata Atlântica e de sua produtividade ecossistêmica constituem condições “sine qua non” para a construção do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Na atual gestão do Governo federal já se delineiam projetos e iniciativas que acenam para a conquista e consolidação de avanços relativos à proteção e recuperação do bioma Mata Atlântica, dos quais podem ser destacados os seguintes: a inclusão do Programa Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros no Plano Plurianual do Governo Federal, destacando a Mata Atlântica; a consolidação do NAPMA - Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica na Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, e o lançamento de programas como o PDA (Subprograma Projetos Demonstrativos do PPG7) Mata Atlântica, destinado a financiar projetos de conservação e uso sustentável, elaborados por organizações não governamentais em parceria com universidades e órgãos públicos. Este programa conta com 17,69 milhões de Euros de doação do Governo Alemão, através do KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau) e 3 milhões de Euros do Governo Brasileiro. Outras ações como a ampliação das instâncias de participação da sociedade civil nas políticas públicas - PPA-Plano Plurianual, CONAMA-Conselho Nacional do Meio Ambiente, Fórum de Segurança Alimentar, Conferência Nacional de Meio Ambiente, entre outras; o lançamento do Pronaf Florestal e sua implementação na Mata Atlântica,

o estabelecimento da parceria da RMA com o Ibama para ações voltadas à fiscalização da Mata Atlântica; a aprovação do Projeto de Lei da Mata Atlântica na Câmara Federal; existência das comissões tripartites para implementação das resoluções da Conferência Nacional de Meio Ambiente; o lançamento pelo IBGE do primeiro Mapa Oficial dos Biomas do Brasil; a discussão crescente de legislação e política pública para proteção efetiva do patrimônio genético; a criação e implantação do Grupo de Trabalho Araucárias Sul, são, no conjunto, ações importantíssimas para a conservação do ecossistema da Mata Atlântica.

As possibilidades abertas por esses processos, no entanto, podem tornar-se restritas em função das incertezas dos rumos políticos do governo e do Congresso Nacional no âmbito socioambiental. Quanto ao Marco Legal, a existência de uma ampla legislação ambiental no Brasil, que somada à quase certa aprovação do Projeto de Lei da Mata Atlântica, aumentará em muito as possibilidades de seu conhecimento e aplicação.

Do ponto de vista das dinâmicas sociais e econômicas, outras grandes ameaças situam-se nos processos de instalação de indústrias e atividades econômicas poluentes ou altamente consumidoras de recursos no Bioma Mata Atlântica. A precariedade do saneamento urbano nas grandes metrópoles e municípios no interior do Bioma, a falta de controle sobre o avanço da biopirataria e a pressão gerada pela expansão urbana e crescimento demográfico, bem como a construção de hidrelétricas, fazem com que as ameaças avancem num ritmo maior do que as iniciativas de proteção do Bioma.

Outras oportunidades situam-se nas posturas e práticas de outros atores. Os movimentos sociais estão incorporando a temática ambiental e, por sua vez, entidades ambientalistas vêm incorporando a questão social, possibilitando a construção de agendas comuns nas conexões e interfaces entre os problemas: agricultura familiar, reforma agrária, assistência técnica e extensão rural, agroecologia, desenvolvimento urbano e recursos hídricos. Novos espaços de participação e representação da sociedade civil estão sendo abertos, colocando a RMA diante da necessidade de afirmar-se enquanto articulação ampla e plural e com capacidade propositiva, também com ênfase na conscientização da sociedade quanto à importância do bioma.

Tem crescido o debate sobre valoração ambiental através de fóruns e iniciativas sobre mercado e consumo sustentável, economia ecológica, certificação e percebe-se uma maior receptividade da mídia para a questão ambiental. A dramaticidade atual e futura da crise da água nos centros urbanos e sua relação com as florestas certamente ampliarão a sensibilidade da população para a causa ambiental, em particular para a Mata Atlântica.

A Mata Atlântica na Agenda 21

A Agenda 21 Global (Senado Federal, 1997) aponta claramente para a extrema importância da preservação, proteção, recuperação, regeneração e manejo sustentável dos ecossistemas florestais. A Agenda 21 Brasileira (2002), por sua vez, ainda não apresenta ações específicas para o Bioma da Mata Atlântica, fazendo-se necessária a sua inclusão pontual neste importante documento.

Porém, por ocasião do processo de consulta prévia nacional para a elaboração da Agenda 21 Brasileira (1999-2001), foram gerados subsídios para políticas da Mata Atlântica, com destaque principalmente ao capítulo das estratégias e ações propostas para o tema Gestão dos Recursos Naturais. São estratégias que estão sob a égide do tema, entre outros: a implantação de corredores ecológicos para criar a conectividade entre fragmentos florestais e o manejo em seu entorno para evitar o efeito de borda, a implementação e ampliação das unidades de conservação do Bioma, visando a consolidação dos conselhos gestores com a participação da sociedade civil; a promoção do manejo não madeireiro, sustentável da biodiversidade; o fomento às iniciativas de produção de sementes e mudas de essências florestais e outras espécies vegetais nativas; o fortalecimento da agricultura familiar diante dos desafios da sustentabilidade agrícola; a recuperação, revitalização e conservação de bacias hidrográficas e de seus recursos vivos; a regulamentação e fiscalização do uso dos espaços naturais e do patrimônio cultural, em concordância com o Artigo 225 da Constituição Nacional, que declara a Mata Atlântica como patrimônio nacional; o respeito aos acordos legais vigentes (o Código Florestal-Lei 4.771 de 1965, e especialmente o que se refere à Mata Atlântica; o Decreto 750/03, que é a lei aplicável que regulamenta o Código Florestal; Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente; a Lei de Sistema Nacional de Unidades de Conservação; a Lei de Crimes Ambientais). O fortalecimento de mecanismos e instâncias de articulação entre governo e sociedade civil é fundamental para este fim.

Nessa direção, entre as Ações Prioritárias da Agenda 21, a consolidação de uma Política Florestal para o país que inclua o controle do desmatamento é fortemente recomendada no objetivo 16 do documento: *“realizar a transição das formas predatórias para formas sustentáveis de uso dos ecossistemas brasileiros, definindo instrumentos de gestão apropriados e usando indicadores para assegurar as metas de desmatamento zero na Mata Atlântica, bem como recuperação nas Áreas de Proteção Ambiental e Áreas de Proteção Permanente, com prioridade nos corredores de biodiversidade”*. Ainda segundo o documento, o objetivo é chegar ao desmatamento zero, realizando concomitantemente uma política de reflorestamento nativo. O grande desafio é simultaneamente proteger o que sobrou e recuperar o que pode ser recuperado, concomitante ao

fundamental processo de conscientização da população e dos governantes com vistas à transição para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.

O papel de cada setor...

Diante deste quadro, é importante definir um pouco os papéis a serem desempenhados por cada setor da sociedade, porque assim como a destruição, que não foi obra do mero acaso, a recuperação também será tarefa de muitos.

Considera-se fundamental que o Governo Federal defina e implante uma estratégia nacional para o Bioma Mata Atlântica, visando a conservação, o uso sustentável e a repartição dos benefícios da biodiversidade e dos recursos naturais. Como coordenador do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), deve coordenar os órgãos federais, estaduais e municipais de meio ambiente e articular ações junto a instituições de pesquisa, organizações não governamentais, comunidades tradicionais, comunidades indígenas e setor privado, visando implementar a política nacional e as diretrizes fixadas para a conservação do Bioma.

Considera-se fundamental que o Governo Federal gerencie o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em parceria com os Estados, municípios e proprietários privados, visando preservar, em forma de Unidades de Conservação de uso indireto e direto, parcelas representativas em cada uma das tipologias florestais do Bioma e em cada um dos ecossistemas associados. Atualmente, apenas cerca de 3% do Bioma estão protegidos em forma de Unidades de Conservação, mesmo assim, não uniformemente distribuídos. O ideal seria alcançar no mínimo 10% de áreas protegidas em forma de Unidades de Conservação em relação à área total do Bioma.

No cumprimento do seu papel, o Governo Federal precisa fortalecer e aumentar a capacidade de suas estruturas e reforçar a fiscalização para coibir os desmatamentos e a exploração ilegal que ainda ocorrem, e para iniciar um processo de efetiva aplicação da legislação, visando a recuperação do passivo ambiental, principalmente do setor agrícola. Neste sentido, é também necessário criar e implementar programas de apoio à recuperação das áreas de preservação permanente e reservas legais, bem como de vigorosos programas de conscientização ambiental.

Os Estados têm hoje um papel fundamental na proteção dos remanescentes e na recuperação de áreas já desmatadas. Muitos já criaram batalhões de Polícia Militar, ambientais ou florestais, que cumprem um papel importante na fiscalização, quando não são deslocados para atuarem em outras áreas, fato que ainda ocorre com frequência em períodos eleitorais.

Cada um dos 17 Estados total ou parcialmente inseridos no Bioma deve também criar Unidades de Conservação representativas das diversas formações florestais e ecossistemas associados existentes no Estado, complementando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Programas estaduais de ecoturismo podem contribuir grandemente para preservar e recuperar áreas de excepcional valor paisagístico ou beleza cênica, abrindo possibilidades de geração de emprego e renda para a população, municípios e proprietários de terra.

Considerando que existem 3.409 municípios total ou parcialmente inseridos no Bioma, e que é no município onde se dá a pressão antrópica e também a conservação, chega-se à conclusão que os municípios precisam começar a desempenhar um papel muito mais propositivo e ativo na defesa dos remanescentes e no trabalho de recuperação da Mata Atlântica. E um dos instrumentos que contribuem para o fortalecimento de áreas protegidas é a Agenda 21 Local. Sua metodologia de implementação pressupõe a participação do governo e sociedade local nas ações de desenvolvimento local e sustentável, para gerar consensos sobre as ações prioritárias que visam, inclusive, a sustentabilidade ambiental dos municípios e regiões limítrofes de unidades de conservação.

Atualmente ainda é comum ouvir representantes dos poderes executivo e legislativo municipais considerarem a conservação como obstáculo ou entrave ao desenvolvimento. Isso precisa ser revertido, pois hoje já está cientificamente comprovado que aqueles países ou regiões que preservaram seus ecossistemas conservam a qualidade de vida, enquanto aqueles que historicamente destruíram, sem se preocuparem com a recuperação, passam dificuldades de toda ordem, tais como: falta de água, secas, tempestades ou pragas na agricultura. Basta olhar para o que ocorre com os países do Oriente Médio, onde já acontecem guerras para controlar os mananciais de água que ainda subsistem.

É no âmbito dos municípios que são educados os alunos, e é lá que deveriam haver condições para se realizar processos de educação ambiental e estudos da Mata Atlântica. De acordo com a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, os municípios também podem e devem criar áreas protegidas de parcelas representativas dos ecossistemas que existem em seus territórios.

Se cada um desses municípios criasse uma Unidade de Conservação Municipal (mesmo que pequena) em área ainda conservada de Mata Atlântica ou ecossistema associado, teríamos um resultado fabuloso em número de hectares preservados e estaríamos abrindo possibilidades de estudos, pesquisas, ecoturismo, lazer e ao mesmo tempo, preservando a biodiversidade para esta

e para as futuras gerações. Além disso, dessa forma, estariam sendo representados em unidades de conservação todos os ecossistemas existentes no Bioma.

É também reconhecido que os proprietários de terra, sejam agricultores, pecuaristas, industriais ou proprietários de sítios, têm um papel fundamental na preservação e recuperação das florestas. Sem a participação e o envolvimento deles, corre-se o risco de, no futuro, só encontrarmos florestas nas unidades de conservação.

Não há como imaginar a conservação da Mata Atlântica em longo prazo sem o envolvimento e participação dos proprietários de terra. Além do cumprimento da Lei, com a manutenção ou recuperação dos 20% de Reserva Legal (obrigatória em todas as propriedades) e das Áreas de Preservação Permanente, os proprietários podem instituir Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) e Servidão Florestal com o objetivo de alugar áreas de Reserva Legal a proprietários que não disponham mais de florestas em seus imóveis.

Hoje temos inúmeros exemplos de proprietários que nos últimos anos passaram a respeitar e recuperar suas matas, e muitos deles já começam a tirar proveito direto e indireto dessa mudança de atitude. Existem casos em que nascentes voltaram a verter água, outros abriram trilhas em suas matas e começaram a explorar o ecoturismo e, o mais importante, todos os que começaram a preservar e recuperar suas matas vivem hoje numa paisagem mais harmônica e com mais qualidade de vida.

As organizações não governamentais sempre atuaram em diversas frentes, dentre as quais cabe destacar a promoção da educação ambiental, denúncias públicas de agressões ambientais, acompanhamento e proposição de políticas públicas e melhorias na legislação, responsabilização judicial dos agressores e desenvolvimento de pesquisas e atividades práticas de proteção e recuperação da Mata Atlântica.

Nos últimos 10 anos, inúmeras organizações não governamentais começaram a desenvolver projetos de recuperação e preservação da Mata Atlântica. O sucesso destes projetos demonstra claramente que a existência da Mata Atlântica proporciona, além da produtividade ecossistêmica, também ótimas oportunidades de negócios, com geração de emprego e renda sustentáveis, ajudando a suplantiar o antigo modelo de crescimento arcaico e predatório aos recursos naturais, comprovadamente insustentável. Além disso, o desenvolvimento desses projetos tem provado que as ONGs têm um potencial enorme na construção de parcerias, tanto com o setor público quanto com o privado.

Aliás, parceria é a palavra de ordem na construção do futuro para a Mata Atlântica, que começa agora!!!

Organização do texto:

Rede de ONGs da Mata Atlântica - RMA - www.rma.org.br

Miriam Prochnow - Coordenadora Geral

Betsey Neal - Secretária Executiva

Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica - NAPMA/SBF/MMA

Wigold B. Schäffer – Coordenador